

**TAURUS ARMAS S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 04.423.567/0001-21  
NIRE 33.3.0028402-8

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 21 dias de junho de 2023, às 09 horas, na sede social da Taurus Armas S.A. ("Companhia"), na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, nº 2.181, prédio A, CEP 93035-411.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, ficam dispensadas as formalidades de convocação.
- 3. MESA:** Presidida pelo Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva e secretariada pelo Sr. Neandro Bagatini Lazon.
- 4. ORDEM DO DIA:** Apreciar e aprovar: (i) o primeiro programa relativo ao Plano de Remuneração Baseado em Ações (*Stock Grant*) aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023; (ii) o pagamento de dividendos intermediários aos acionistas da Companhia como adiantamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício social a se encerrar em 31.12.2023; e (iii) o programa de recompra de ações.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Após apresentação e discussão sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar o que segue:
  - (i) Primeiro Programa relativo ao Plano de Remuneração Baseado em Ações (*Stock Grant*)**

Os membros do Conselho de Administração aprovaram o Primeiro Programa relativo ao Plano de Remuneração Baseado em Ações (*Stock Grant*) aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia em 28 de abril de 2023, em substituição ao

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, conforme alterado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 19 de abril de 2022.

O Primeiro Programa relativo ao Plano de Remuneração Baseado em Ações (*Stock Grant*) encontra-se especificado no Anexo I a esta ata.

**(ii) Distribuição de dividendos intermediários como antecipação do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2023**

Os membros do Conselho de Administração aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva estatutária reconhecida nas demonstrações financeiras de 31.12.2022, no valor de R\$0,10 (dez centavos) por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, considerando um total de 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias, e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, totalizando assim a distribuição de R\$12.663.443,40 (doze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais, e quarenta centavos) a título de dividendos, a serem imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social a se encerrar em 31.12.2023. A distribuição considerará o dia 21.08.2023 como data-base da posição acionária para averiguação do direito ao recebimento dos dividendos. O crédito correspondente será depositado pela Companhia em 30.08.2023, e o pagamento será efetuado aos acionistas no dia 31.08.2023.

Os membros do Conselho de Administração consignam que tomaram as diligências necessárias para garantir que a situação financeira da Companhia é compatível com a distribuição de dividendos ora aprovada, considerando ainda que não há fatos previsíveis capazes de ensejar alterações significativas e que as obrigações assumidas com credores não serão prejudicadas.

**(iii) Programa de Recompra de Ações**

Os membros do Conselho de Administração aprovaram a criação de programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, nos termos do art. 27, IX e art. 41 do Estatuto Social, autorizando a aquisição de até 3.333.333 (três milhões, trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três) ações ordinárias e preferenciais, para (a)

permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, visando (a) uma administração eficiente da estrutura de capital e maximizar a geração de valor para o acionista; e (b) manutenção em tesouraria para dar cumprimento ao Plano de Remuneração Baseado em Ações (Stock Grant) aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, em qualquer caso sem redução de capital, em ambiente de bolsa, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do art. 2º, inciso I e do art. 4º, §1º da Resolução CVM nº 77/2022, a preço de mercado (“Programa de Recompra”).

As demais condições do Programa de Recompra encontram-se especificadas no Anexo II a esta ata para fins de divulgação das informações indicadas no Anexo G da Resolução CVM nº 80/2022.

**6. ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser discutido, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada por todos os Conselheiros presentes e pelo Secretário da Reunião.

**Jorio Dauster Magalhães e Silva**

*Presidente do Conselho de Administração*

**Bernardo Simões Birmann**

*Vice-Presidente do Conselho de Administração*

**José Paulo Dornelles Cairolí**

**Luciano Luiz Barsi**

**Magno Neves Fonseca**

**Sérgio Laurimar Fioravanti**

Declaro que a presente é cópia fiel e extraída do original.

São Leopoldo/RS, 21 de junho de 2023.

---

Neandro Bagatini Lazon  
Secretário

## **ANEXO I**

### **PRIMEIRO PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DA TAURUS ARMAS S.A.**

#### **1. APRESENTAÇÃO**

**1.1** O presente Programa de Remuneração Baseado em Ações da Taurus Armas S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.781.335/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300007391, com sede na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio A, na cidade de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.035-411 (a "Companhia" e "Programa"), foi elaborado com base nas regras e condições gerais do Plano de Remuneração Baseado em Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 28 de abril de 2023 ("Plano"), em substituição ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, conforme alterado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 19 de abril de 2022.

#### **2. DEFINIÇÕES**

**2.1** Os termos utilizados neste Programa que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Plano.

#### **3. PARTICIPANTES**

**3.1** São eleitos como Participantes do Programa os Diretores Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Leonardo Brum Sesti, Eduardo Minghelli, Bret Vorhees (US Person) e David McCallum (US Person), aos quais serão oferecidos Direitos de Receber Ações, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

**3.2** A nomeação do Participante para este Programa não lhe garante qualquer direito de participar ou receber outorgas posteriores, nos termos das cláusulas 4.2 e 4.3 do Plano.

#### **4. AÇÕES SUJEITAS AO PROGRAMA**

**4.1.** Os Direitos de Receber Ações outorgados no âmbito deste Programa poderão ensejar a entrega de até 2.184.000 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil) Ações preferenciais. O número total de ações passíveis de entrega estará sujeito a ajustes em virtude de operações societárias, tais como desdobramentos, grupamentos e bonificações.

**4.2.** As Ações entregues em razão do Direito de Receber Ações nos termos deste Programa manterão/terão todos os direitos e benefícios pertinentes à espécie das Ações preferenciais atualmente emitidas pela Companhia.

**4.3.** Aos Participantes designados na cláusula 3.1 acima são outorgados os seguintes Direitos de Receber Ações:

| <b>Participante</b>           | <b>Número de Ações Preferenciais Respectivas</b> |
|-------------------------------|--|
| Salesio Nuhs                  | 1.200.000  |
| Sergio Castilho Sgrillo Filho | 320.000  |
| Leonardo Brum Sesti           | 200.000  |
| Eduardo Minghelli             | 160.000  |
| Bret Vorhees                  | 240.000  |
| David McCallum                | 64.000   |

## **5. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DECORRENTE DO DIREITO DE RECEBER AÇÕES**

**5.1.** Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga de Direito de Receber Ações, das disposições do Plano (especialmente sua cláusula 9) e das disposições da cláusula 6 abaixo, cada um dos Direitos de Receber Ações dará direito ao recebimento de Ações nas condições e termos previstos neste Programa. Respeitadas essas premissas, os Participantes deverão observar os seguintes Prazos de Carência do Direito de Receber Ações:

| <b>Vencimento do Prazo de Carência do Direito de Receber Ações</b> | <b>Quantidades de Ações a serem Entregues</b>                |
|--|--|
| 28/Abril/2024 <sup>1</sup>   | 20% (vinte por cento) das Ações para todos os Participantes. |
| 31/Março/2025  | 10% (dez por cento) das Ações para todos os Participantes.   |
| 31/Março/2026  | 10% (dez por cento) das Ações para todos os Participantes.   |
| 31/Março/2027  | 10% (dez por cento) das Ações para todos os Participantes.   |
| 31/Março/2028  | 10% (dez por cento) das Ações para todos os Participantes.   |

<sup>1</sup> Nos termos da cláusula 8.2 do Plano, o Prazo de Carência mínimo é de 12 (doze) meses, sendo que este Prazo de Carência em questão foi estabelecido tendo como marco inicial a data de realização da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária que aprovou o Plano em 28 de abril de 2023, considerando que o presente Plano substitui o anterior e que conta com os mesmos participantes do plano anterior.

|               |   |
|---------------|---|
| 30/Março/2029 | 40% (quarenta por cento) das Ações para todos os Participantes. |
|---------------|---|

**5.2.** Findos os Prazos de Carência, e estando o Beneficiário apto a receber as Ações, haverá a transferência de Ações pela Companhia ao Participante, sem qualquer contraprestação pelo Beneficiário, em até 15 (quinze) dias após a respectiva data de vencimento do Prazo de Carência, procedendo-se às averbações e registros pertinentes, observado eventual prazo adicional exigido pelo intermediário responsável pela operacionalização da transferência.

**5.3.** Observado o disposto na cláusula 7.5 do Plano, as Ações serão entregues pela Companhia ao Participante livres e desembaraçadas.

**5.4.** Observadas as regras da CVM, caso esteja em vigor qualquer período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia que impeça a transferência das Ações aos Participantes, o termo previsto na cláusula 5.2 será interrompido até que a negociação seja permitida.

## **6. HIPÓTESES DE DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE**

**6.1.** No caso de Renúncia ou de Desligamento por Justa Causa do Participante, conforme definidos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2. abaixo, os Direitos de Receber Ações que não tenham sido convertidos em Ações até a data de desligamento, observados os Prazos de Carência dos Direitos de Receber Ações, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

**6.1.1** A “Renúncia” significa a rescisão do vínculo com a Companhia ou com sua Controlada, por iniciativa do Participante.

**6.1.2** O “Desligamento por Justa Causa” significa a rescisão do vínculo com a Companhia ou sua Controlada pela prática de qualquer dos seguintes atos: (i) ato de improbidade; (ii) incontinência de conduta ou mau procedimento; (iii) condenação criminal; (iv) desídia no desempenho das suas funções; (v) utilização de recursos da Companhia em benefício próprio ou em desacordo com os interesses sociais; (vi) prática de atos em desacordo com os termos do Código de Conduta e do Estatuto Social da Companhia, bem com a legislação aplicável; (vii) violação da obrigação de exclusividade, não concorrência e não aliciamento; (viii) não observância dos deveres de administrador previsto na Lei nº 6.404/76; ou (ix) quaisquer outros atos que ensejam a dispensa por justa causa, nos termos da legislação brasileira aplicável, utilizando-se a legislação trabalhista apenas por analogia.

**6.2.** No caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia ou de suas Controladas e sem justa causa, o Contrato de Outorga de Direito de Receber Ações será aditado para conferir ao Participante os Direitos de Receber Ações proporcionalmente ao período em que o Participante efetivamente exerceu o respectivo cargo em comparação com o período total deste Programa, observadas as disposições do instrumento firmado pela Companhia e pelo Participante no momento do desligamento do Participante por iniciativa da Companhia e sem justa causa.

**6.2.1.** Exemplificativamente, na hipótese de o Participante ter permanecido na Companhia por 30% (trinta por cento) do período total do presente Programa, terá direito a 30% (trinta por cento) do total remanescente a que teria direito se não houvesse sido desligado sem justa causa por iniciativa da Companhia ou de suas Controladas. Neste caso, supondo que o Participante fosse receber mais 900 (novecentas) Ações caso não tivesse sido desligado sem justa causa, terá direito a receber, então, 30% (trinta por cento) destas 900 (novecentas) Ações, isto é, 300 (trezentas) ações.

**6.2.2.** Adicionalmente, na hipótese de o resultado do cálculo proporcional possuir casas decimais, estas serão desconsideradas, acrescendo-se uma unidade, em razão da impossibilidade. Exemplificativamente, na hipótese de o cálculo resultar em casas decimais como, por exemplo, 333,33 (trezentos e trinta e três inteiros e trinta e três décimos), serão suprimidas as casas decimais, acrescendo-se uma unidade e chegando-se, portanto, ao resultado 334,00 (trezentos e trinta e quatro inteiros).

**6.3.** Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante, que o incapacite ao exercício de seu mandato como administrador, diretor ou outro ocupante de cargo estratégico da Companhia ou de suas Controladas em definitivo, o Direito de Receber Ações será transmitido proporcionalmente (na forma das cláusulas 6.2.1 e 6.2.2) aos herdeiros e sucessores legais do Participante, nos termos deste Programa e do Contrato de Outorga de Direito de Receber Ações celebrado com este Participante.

**6.4.** Não obstante o disposto nas cláusulas 6.1 a 6.3 acima, o Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas nas referidas cláusulas, conferindo tratamento mais benéfico a determinado Participante.

## **ANEXO II**

### **CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE RECOMPRA**

(Anexo G da Resolução CVM nº 80/2022, sobre negociação de ações de própria emissão)

#### **1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação;**

O Programa de Recompra visa à aquisição de ações de emissão da Companhia para (a) permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, visando uma administração eficiente da estrutura de capital e maximizar a geração de valor para o acionista; e (b) manutenção em tesouraria visando fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes do Plano de Outorga de Ações (Stock Grant) aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023, destinados a administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas Controladas atuais ou que vierem a ser empossados em umas das referidas funções.

A aquisição será realizada em ambiente de bolsa, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a preço de mercado, cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.

Considerando que o Programa de Recompra compreende o total de até 3.333.333 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três) ações ordinárias e preferenciais, utilizando-se o preço médio de fechamento divulgado pela B3 dos últimos 10 dias de negociação – anteriores a esta data – de R\$ 15,13 (quinze reais e treze centavos) e R\$ 15,19 (quinze reais e dezenove centavos) respectivamente, o montante estimado a ser utilizado, considerando o preço de referência, caso venha a ser adquirida a totalidade das ações do Programa de Recompra ora aprovado, representaria o valor de R\$ 46.085.941,71 (quarenta e seis milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos).

#### **2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria;**

A Companhia possui 7.989.674 (sete milhões, novecentas e oitenta e nove mil, seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias e 68.454.123 (sessenta e oito milhões, quatrocentas e

cinquenta e quatro mil, cento e vinte três) ações preferenciais em circulação, na data base de 31 de maio de 2023. A Companhia não tem ações mantidas em tesouraria.

**3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas;**

Poderão ser adquiridas, no âmbito do Programa de Recompra, até 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, equivalentes a 3,8% (três inteiros e oito décimos por cento) das ações ordinárias em circulação da Companhia, e 3.033.333 (três milhões, trinta e três mil, trezentas e trinta e três) ações preferenciais, equivalentes a 4,4% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) das ações preferenciais em circulação da Companhia, nesta data.

**4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver;**

Não aplicável. Não serão utilizados instrumentos derivativos pela Companhia.

**5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações;**

Não há acordo ou orientações de voto existentes entre a Companhia e as contrapartes das operações. As operações serão realizadas em ambiente de bolsa, na B3.

**6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:**

- a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e**
- b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores;**

Não aplicável. As operações serão realizadas em ambiente de bolsa, na B3.

**7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade;**

Não haverá impactos sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

**8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022;**

Não aplicável. As operações serão realizadas em ambiente de bolsa, na B3, sem que se tenha conhecimento de quem serão as contrapartes, devendo ser observadas as restrições regulamentares sobre o assunto.

**9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso;**

Não aplicável, tendo em vista que a operação se trata de recompra de ações de emissão da Companhia.

**10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas;**

Até 18 (dezoito) meses, a contar da aprovação do Programa de Recompra pelo Conselho de Administração, ou seja, entre 21 de junho de 2023 e 20 de dezembro de 2024, cabendo à Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada.

**11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver;**

As operações serão realizadas com a intermediação da XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, 5º e 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04; e/ou da BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.815.158/0001-22.

**12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022; e**

Nos termos do art. 8º, § 1º da Resolução CVM nº 77/2022, a recompra de ações será realizada utilizando recursos disponíveis decorrentes de reserva estatutária, criada de acordo com o art. 194 da Lei 6.404/1976.

A existência de recursos disponíveis deve ser verificada pela diretoria com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão.

A Companhia possui em reserva estatutária o valor de R\$304.701.727,27 (trezentos e quatro milhões, setecentos e um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 e refletido no formulário de Informações Trimestrais – ITR da Companhia do primeiro trimestre do exercício social corrente, sendo que o valor de R\$12.663.443,40 (doze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais, e quarenta centavos) serão consumidos para pagamento de dividendos conforme deliberado nesta data.

**13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.**

Os membros do Conselho de Administração entendem que a execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas não resultará em nenhum impacto no cumprimento das obrigações assumidas com credores pela Companhia, nem no pagamento de dividendos obrigatórios mínimos por parte da Companhia. Serão utilizados recursos decorrentes de reserva estatutária, não havendo desembolso adicional para efetuar a recompra.

Para a Companhia, essa conclusão resulta da avaliação do potencial montante financeiro a ser empregado no Programa de Recompra de Ações quando comparado com (i) o nível de obrigações assumidas com credores; (ii) o montante, não restrito, disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia; e (iii) a expectativa de geração de caixa pela Companhia ao longo do exercício social de 2023.